

**HABEAS CORPUS Nº 493.979 - RJ (2019/0046247-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : EDUARDO DA SILVA MELLO**  
**ADVOGADO : EDUARDO DA SILVA MELLO - RJ206715**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : DENNIS FONSECA SILVA (PRESO)**

**DECISÃO**

**DENNIS FONSECA SILVA** alega sofrer coação ilegal diante de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro** (HC n. 0007648-65.2019.8.19.0000).

Todavia, da análise dos autos, observo que este *mandamus* foi **deficientemente instruído, pois a defesa não apresentou cópia do decreto de prisão preventiva, documento necessário para a análise do suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente.**

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória. É cogente ao impetrante – sobretudo quando se tratar de advogado constituído – apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a suscitada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente este habeas corpus.**

Nada impede, porém, à vista dos princípios da celeridade e da economia processuais que, caso a parte traga o documento faltante, o pedido seja considerado e analisado.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**